

BARACK OBAMA

A audácia da esperança

*Reflexões sobre a reconquista
do sonho americano*

Tradução
Berilo Vargas



Às mulheres que me criaram —
MINHA AVÓ MATERNA, TUTU,
que foi uma rocha de estabilidade durante toda a minha vida
e
MINHA MÃE,
cujo espírito amoroso ainda me sustenta

Prólogo

Já se vão quase dez anos desde que concorri ao meu primeiro cargo político. Com 35 anos, formado em direito havia quatro e recém-casado, eu me sentia, de modo geral, impaciente com a vida. Abrira-se uma vaga no legislativo de Illinois, e amigos sugeriram que eu concorresse, achando que meu trabalho como advogado de direitos civis e os contatos que fiz nos tempos de líder comunitário me davam boas chances como candidato. Depois de conversar com minha esposa, entrei no páreo e comecei a fazer o que todo candidato iniciante faz: falei com qualquer um que se dispusesse a ouvir. Fui a reuniões de associações de moradores, a encontros de igreja, a salões de beleza e a barbearias. Se visse dois sujeitos parados numa esquina, eu atravessava a rua para entregar-lhes folhetos de campanha. E aonde quer que eu fosse, escutava versões diferentes das mesmas duas perguntas:

“Onde você arranhou esse nome tão estranho?”

Ou então: “Você parece boa pessoa. Por que quer entrar no mundo sujo e sórdido da política?”.

Eu estava acostumado a essa questão, uma variação das perguntas que me faziam anos antes, quando cheguei a Chicago para trabalhar em bairros de baixa renda. Sugeriu uma descrença não só na política, mas também na própria noção de vida pública, uma descrença

alimentada — pelo menos nos bairros do South Side que eu buscava representar — por uma geração de promessas não cumpridas. Em resposta, eu costumava sorrir, acenar com a cabeça e dizer que entendia o ceticismo, mas que havia — e sempre houvera — outra tradição política, uma tradição que ia dos tempos da fundação do país ao auge do movimento pelos direitos civis, uma tradição baseada na simples ideia de que estamos juntos nisso e o que nos une é maior do que o que nos separa, e que se um número suficiente de pessoas acreditar na verdade dessa premissa e agir de acordo com ela, talvez não consigamos resolver todos os problemas, mas podemos fazer alguma coisa importante.

Era um discurso bem convincente, na minha opinião. E apesar de não saber se quem me ouvia pensava o mesmo, foram tantos os que gostaram da minha seriedade e da minha presunção juvenil que me elegi para o legislativo de Illinois.

Seis anos depois, quando resolvi me candidatar ao Senado dos Estados Unidos, eu não estava tão confiante assim.

A julgar pelas aparências, as carreiras que eu escolhera tinham dado certo. Após dois mandatos, durante os quais trabalhei duro integrando a minoria, os democratas assumiram o controle do senado estadual, e eu consegui aprovar uma batelada de projetos de lei, que incluíam de reformas do sistema de pena de morte de Illinois à ampliação do programa estadual de saúde para crianças. Continuei a lecionar na Faculdade de Direito da Universidade de Illinois, atividade que eu adorava, e era convidado com frequência para dar palestras na cidade. Mantive minha independência, meu bom nome e meu casamento, coisas que, segundo as estatísticas, corriam risco desde o momento em que pus os pés na capital do estado.

Mas os anos também tinham deixado sua marca. Tenho a impressão de que parte disso era só consequência do envelhecimento, pois, se prestarmos atenção, a cada ano vamos ficando mais familiarizados com nossos defeitos — os pontos cegos, a forma de pensar de sempre, que pode ser genética ou imposta pelo ambiente, mas que com certeza se agravam com o tempo, tão seguramente quanto o puxãozinho na perna ao caminhar evolui para dor no quadril. Em mim, um desses defeitos era uma inquietude crônica; uma incapacidade de reconhecer, mesmo quando tudo ia bem, as dádivas que tinha diante de mim. Acredito que seja um defeito inerente à vida moderna — inerente, também, ao caráter americano — mais evidente na vida política do que em qualquer outro espaço. Não dá para saber se a política estimula esse traço ou apenas atrai aqueles que o possuem. Alguém já disse que todo homem tenta corresponder às expectativas ou compensar os erros do pai, e acho que isso talvez explique meu problema tão bem quanto qualquer outra justificativa.

De qualquer maneira, foi por causa dessa inquietação que resolvi disputar com um congressista democrata a cadeira que ele ocupava, nas eleições de 2000. Foi uma disputa imprudente, e perdi feio — uma surra dessas que levamos para aprender que a vida não é obrigada a corresponder aos nossos planos. Um ano e meio depois, quando as feridas dessa derrota já haviam cicatrizado, almocei com um assessor de imprensa que vinha me incentivando havia algum tempo a concorrer a um cargo estadual. Por coincidência, o almoço foi marcado para o fim de setembro de 2001.

“Você sabe que a dinâmica política mudou, né?”, perguntou ele, enquanto comia sua salada.

“Como assim?”, devolvi, mas sabendo muito bem o que ele queria dizer. Ambos olhamos para o jornal que ele tinha colocado ao lado.

Na primeira página, estava Osama bin Laden.

“Que coisa terrível, hein?”, disse o assessor, sacudindo a cabeça. “Muita falta de sorte. Não dá para mudar o seu nome, claro. Os eleitores desconfiam de coisas assim. Talvez, se estivesse começando a carreira, você pudesse usar um apelido ou algo do tipo. Mas agora...” Sua voz perdeu força, ele encolheu os ombros se desculpando e fez sinal para o garçom trazer a conta.

Eu desconfiava que ele tinha razão, o que me deixou preocupado. Pela primeira vez em minha carreira, comecei a sentir inveja dos políticos mais jovens que venciam onde eu tinha fracassado, passando a ocupar cargos cada vez mais altos, conseguindo fazer mais coisas. Os prazeres da política — a adrenalina do debate, o calor animal dos apertos de mão, dos mergulhos na multidão — começaram a empalidecer diante das tarefas mais corriqueiras: as súplicas por dinheiro, as longas viagens de volta para casa depois de um banquete que durara duas horas além do previsto, a comida ruim, o ar rançoso, as conversas interrompidas com uma mulher que esteve o tempo todo do meu lado, mas já estava cansada de criar nossas filhas sozinha e começava a questionar minhas prioridades. Até mesmo o trabalho legislativo, a formulação de políticas que me motivou a entrar na disputa, começava a parecer muito lento em seus resultados, distante demais das grandes batalhas — sobre impostos, segurança, saúde, assistência médica e empregos — travadas no âmbito nacional. Passei a alimentar dúvidas sobre o caminho que eu escolhera; comecei a me sentir como imagino que se sintam um ator ou um atleta quando, depois de anos correndo atrás de um sonho, depois de anos trabalhando de garçom entre audições ou jogando mal nas ligas menores de beisebol, percebe ter chegado até onde seu talento e sua sorte poderiam levá-lo. O sonho não se concretizará, e ele agora tem a opção de aceitar esse fato como um adulto e estabelecer objetivos mais

sensatos ou recusar a verdade e tornar-se amargurado, criador de caso e ligeiramente patético.

Negação, raiva, negociação, depressão — não sei se passei por todas as fases prescritas pelos especialistas. A certa altura, porém, acabei aceitando — meus limites e, em certo sentido, minha mortalidade. Voltei a me concentrar no meu trabalho no senado estadual e a encontrar satisfação nas reformas e iniciativas que minha posição permitia. Passei mais tempo em casa, vi minhas filhas crescerem, dei mais valor a minha esposa e ponderei minhas obrigações financeiras de longo prazo. Fiz exercícios, li romances e me dei conta de que a Terra girava em torno do Sol e as estações se sucediam sem qualquer esforço de minha parte.

E foi essa aceitação, imagino, que me permitiu conceber a noção totalmente absurda de concorrer ao Senado dos Estados Unidos. Falei à minha esposa que aquilo para mim era uma jogada definitiva, uma última tentativa de testar minhas ideias antes de me conformar com uma existência mais calma, mais estável e mais bem remunerada. E ela — talvez mais por piedade do que por convicção — concordou com essa última disputa, mas acrescentando que, como preferia uma vida mais metódica para nossa família, eu não deveria contar com o voto dela.

Deixei que ela se consolasse com as ínfimas chances que eu tinha de ganhar. O republicano que ocupava o cargo, Peter Fitzgerald, gastara 19 milhões de dólares do próprio bolso para derrubar a então senadora Carol Moseley Braun. Fitzgerald não era muito popular; na verdade, nem parecia gostar tanto assim de política. Apesar disso, ainda era dono de uma quantidade ilimitada de dinheiro de família,

bem como de uma integridade genuína que lhe valera o relutante respeito dos eleitores.

Por um tempo, Carol Moseley Braun reapareceu, depois de ter sido embaixadora na Nova Zelândia, com a intenção de reclamar a vaga que lhe pertencia; sua provável candidatura me fez adiar um pouco os meus planos. Quando ela resolveu se candidatar à presidência, todos os demais passaram a se interessar pelo Senado. No momento em que Fitzgerald anunciou que não tentaria a reeleição, passei a ter seis oponentes principais, entre os quais o controlador-geral do estado; um empresário com uma fortuna de centenas de milhões de dólares; o antigo chefe de gabinete, Richard M. Daley, prefeito de Chicago; e uma profissional negra do sistema de saúde que, segundo os apostadores mais experientes, dividiria o eleitorado negro, arruinando quaisquer chances que eu pudesse ter.

Não liguei. Livre de preocupações graças às baixas expectativas, com minha credibilidade reforçada por alguns apoios oportunos, mergulhei na disputa com uma energia e um prazer que eu pensava ter perdido. Contratei quatro funcionários, todos inteligentes, na faixa dos vinte anos ou entrando nos trinta e devidamente baratos. Alugamos um pequeno escritório, imprimimos papel timbrado, instalamos linhas telefônicas e computadores. Durante quatro ou cinco horas por dia, eu ligava para grandes doadores democratas, na esperança de algum retorno da parte deles. Dei entrevistas coletivas, às quais ninguém compareceu. Inscrevemo-nos para o desfile anual de Saint Patrick, conseguimos a última vaga e meus dez voluntários e eu marchamos poucos passos atrás dos caminhões de lixo da cidade, acenando para os poucos retardatários que permaneciam no trajeto enquanto os operários varriam o lixo e arrancavam adesivos com o trevo verde dos postes de iluminação.

Na maior parte do tempo, porém, eu apenas viajava, com frequência sozinho ao volante, de início pelas zonas eleitorais de Chicago, depois pelos condados e pelas cidades, até cruzar todo o estado, passando por quilômetros e quilômetros de campos de milho ou de feijão, por estradas de ferro e por silos. Não era um processo eficiente. Sem contar com a máquina da organização do Partido Democrata no estado, eu tinha que recorrer a amigos e conhecidos para abrir suas casas a quem aparecesse ou para conseguir que eu visitasse suas igrejas, seus sindicatos, seus grupos de bridge ou seu Rotary Club. Às vezes, depois de horas dirigindo, eu encontrava apenas duas ou três pessoas esperando por mim em volta de uma mesa de cozinha. Dava um jeito de dizer aos anfitriões que estava tudo bem com o comparecimento e de elogiá-los pelos lanches e bebidas que tinham preparado. Às vezes, eu assistia a um culto e o pastor se esquecia de me cumprimentar ou o chefe do sindicato local me deixava falar para os membros pouco antes de anunciar que o sindicato tinha decidido apoiar outra pessoa.

Mas seja na presença de duas pessoas ou de cinquenta, seja numa mansão em North Shore, num apartamento sem elevador no West Side ou numa casa de fazenda nos arredores de Bloomington, seja com a postura amistosa, indiferente ou, às vezes, hostil das pessoas, eu me esforçava ao máximo para calar e ouvir o que tinham a dizer. Ouvia-as falar dos seus empregos, dos seus negócios, da escola local; da raiva que sentiam de Bush e dos democratas; de seus cães, das suas dores nas costas, do seu tempo de serviço militar na guerra e das lembranças de infância. Algumas tinham teorias bem elaboradas para explicar a perda de empregos nas fábricas ou o alto custo da assistência médica. Outras recitavam o que tinham ouvido no programa de Rush Limbaugh ou no NPR. Mas a maioria estava ocupada demais com seu trabalho ou com os filhos para prestar

atenção em política, e essas preferiam falar do que viam: uma fábrica fechada, uma promoção, uma conta alta de energia elétrica, um pai ou mãe num asilo de idosos, os primeiros passos de uma criança.

Nenhuma grande revelação surgiu desses meses de conversas. Na verdade, o que me impressionou foi descobrir como as esperanças eram modestas e como as crenças se mantinham constantes, independentemente de raça, região, religião ou classe. A maioria achava que qualquer um que quisesse trabalhar deveria poder encontrar um emprego que pagasse um salário digno. Essas pessoas achavam que ninguém deveria ter que decretar falência só porque adoecia. Achavam também que toda criança deveria receber uma educação boa de verdade — e que essa educação não deveria ser só um monte de conversa — e que essas mesmas crianças deveriam poder entrar na faculdade, mesmo que os pais não fossem ricos. Queriam ter segurança contra criminosos e contra terroristas; queriam ar limpo, água limpa e poder passar mais tempo com os filhos. E quando ficassem velhas, queriam se aposentar com dignidade e respeito.

Não havia mais muita coisa a acrescentar. Não era demais. E apesar de compreenderem que o que conseguiam na vida dependia acima de tudo dos próprios esforços — apesar de não esperarem que o governo resolvesse todos os seus problemas e de certamente não gostarem de ver o dinheiro dos impostos desperdiçado —, achavam que o governo deveria ajudar.

Eu lhes dava razão: o governo não podia resolver todos os seus problemas. Mas com uma ligeira mudança de prioridades poderíamos garantir que todas as crianças tivessem uma boa chance de ser bem-sucedidas e enfrentar nossos desafios como país. Quase sempre, as pessoas acenavam com a cabeça concordando e queriam saber como participar. E, quando retornava à estrada, com um mapa aberto no

banco do carona, a caminho da próxima parada, eu entendia mais uma vez por que tinha entrado na política.

E sentia vontade de trabalhar mais do que nunca.

Este livro surgiu a partir dessas conversas quando eu fazia campanha política. Meus encontros com eleitores não só confirmaram a dignidade essencial do povo americano, mas também me fizeram lembrar que no fundo da experiência americana há um conjunto de ideais que continuam a atormentar nossa consciência coletiva; um conjunto de valores comuns que nos mantém unidos apesar das diferenças; um fio condutor de esperança que faz nosso improvável experimento democrático funcionar. Esses valores e ideais encontram expressão não apenas nas lajes de mármore dos monumentos ou na recitação dos livros de história. Continuam vivos no coração e na cabeça da maioria dos americanos — e podem nos inspirar a sentir orgulho, a cumprir nosso dever e a fazer sacrifícios.

Reconheço os riscos de falar dessa maneira. Em tempos de globalização e de grandes avanços tecnológicos, de políticas impiedosas e incessantes guerras culturais, parece que não temos sequer uma língua comum com a qual conversar sobre nossos ideais, menos ainda as ferramentas para chegar a um começo de consenso sobre uma forma de trabalharmos juntos, como país, para alcançar esses ideais. A maioria de nós conhece bem os métodos dos publicitários, dos institutos de pesquisas eleitorais, dos redatores de discursos e dos comentaristas. Sabemos que palavras grandiloquentes podem ser usadas para fins duvidosos e que os sentimentos mais nobres podem ser subvertidos em nome do poder, da conveniência, da ganância ou da intolerância. Até os livros de história do ensino médio notam que desde o início a realidade da vida americana se

afastou dos seus mitos. Nesse contexto, qualquer declaração sobre ideais compartilhados ou valores comuns pode parecer incorrigivelmente ingênuo ou mesmo perigosa — uma tentativa de encobrir sérias diferenças em política e atuação ou, pior ainda, um meio de abafar as queixas dos que se sentem mal servidos pelos nossos arranjos institucionais.

Meu argumento, porém, é que não temos escolha. Não precisamos de pesquisas de opinião para saber que a maior parte dos americanos — republicanos, democratas e independentes — está cansada da zona morta em que a política se transformou, na qual interesses mesquinhos disputam vantagens, e minorias ideológicas buscam impor suas versões da verdade absoluta. E nós, vivendo em estados republicanos ou democratas, sentimos em nossas entranhas a falta de honestidade, de rigor, de bom senso em nossos debates políticos e repudiamos o que nos parece um cardápio interminável de escolhas falsas ou limitadas. Religiosos ou seculares, negros, brancos ou pardos, sentimos — com razão — que os desafios mais importantes do país estão sendo ignorados e que, se não mudarmos logo de rumo, seremos a primeira geração em muito tempo a deixar para trás um país mais fraco e mais dividido do que aquele que herdamos. Talvez mais do que em qualquer outro momento da nossa história recente, precisamos de uma nova política, que possa explorar e usar como alicerce o entendimento comum que nos une como americanos.

É o tema deste livro: como iniciarmos o processo de mudança da nossa política e da nossa vida pública. Não quer dizer que eu saiba com exatidão o que fazer. Não sei. Apesar de discutir em cada capítulo alguns dos nossos desafios políticos mais prementes e de sugerir em traços gerais o caminho que acho que devemos seguir, a forma como trato essas questões é, com frequência, parcial e incompleta. Não apresento nenhuma teoria unificadora do governo americano nem há,

nestas páginas, um programa de ação pronto e acabado, com tabelas e gráficos, agendas e planos com passo a passo.

Em vez disso, o que ofereço é bem mais modesto: são reflexões pessoais sobre os valores e ideais que conduziram minha vida pública, alguns pensamentos sobre as razões que fazem nosso discurso político atual nos dividir desnecessariamente e a melhor sugestão que posso apresentar — com base em minha experiência de senador e advogado, marido e pai, cristão e cético — sobre como fundamentar nossa política na noção de bem comum.

Vou ser um pouco mais específico sobre como o livro é organizado. O primeiro capítulo faz um balanço da nossa história política recente e tenta explicar algumas das fontes do amargurado sectarismo de hoje. No segundo, discuto os valores comuns que podem servir de alicerce para um novo consenso político. O capítulo três explora a Constituição não só como fonte de direitos individuais, mas também como meio de organizar uma conversa democrática em torno do nosso futuro coletivo. No capítulo quatro, tento identificar algumas das forças institucionais — dinheiro, mídia, grupos de interesse e o processo legislativo — que asfixiam até mesmo os políticos mais bem-intencionados. E, nos cinco capítulos restantes, sugiro como superar nossas divisões para resolver, com eficácia, problemas concretos: a crescente insegurança econômica de muitas famílias americanas, a tensão racial e religiosa dentro da sociedade e as ameaças transnacionais — de terrorismo a pandemia — que se acumulam além da nossa costa.

Suspeito que alguns leitores talvez achem que há pouco equilíbrio na apresentação dessas questões. Quanto a essa acusação, confesso-me culpado. Afinal, sou um democrata; minhas opiniões sobre muitos assuntos correspondem mais de perto às páginas editoriais do *New York Times* do que às do *Wall Street Journal*. Fico furioso quando vejo

políticas que favorecem os ricos e os poderosos em detrimento dos americanos comuns e estou convencido de que o governo tem um papel importante na criação de oportunidades para todos. Acredito na evolução, na investigação científica e no aquecimento global; acredito na liberdade de expressão, seja politicamente correta ou incorreta, e desconfio do uso do governo para impor as crenças religiosas de qualquer um — incluindo as minhas — a quem não tem religião. Além disso, sou prisioneiro da minha biografia: não tenho como deixar de ver a experiência americana através das lentes de um homem negro com antepassados de raças diversas, sempre consciente de que gerações de pessoas parecidas comigo foram subjugadas e estigmatizadas, e de que raça e classe continuam influenciando nossa vida de maneiras sutis e não muito sutis.

Mas isso não é tudo que sou. Acho, por exemplo, que meu partido às vezes é presunçoso, distante e dogmático. Acredito no livre mercado, na competição e no empreendedorismo, e acho que um bom número de programas governamentais não funciona como diz a propaganda. Eu gostaria que o país tivesse menos advogados e mais engenheiros. Acho que os Estados Unidos têm sido com mais frequência uma força do bem do que uma força do mal no mundo; tenho poucas ilusões sobre nossos inimigos e tenho profundo respeito pela coragem e competência das nossas Forças Armadas. Rejeito qualquer política baseada apenas em identidade racial, identidade de gênero, orientação sexual ou vitimização em geral. Acho que boa parte dos males que acometem as periferias das nossas cidades envolve um colapso cultural que não será curado apenas com dinheiro e que nossos valores e nossa vida espiritual são tão importantes quanto nosso PIB.

Não há a menor dúvida de que algumas dessas opiniões me trarão dificuldades. Sou novo o suficiente no cenário político para servir de

tela na qual pessoas das mais variadas colorações políticas projetam suas opiniões. Por essa razão, é inevitável que eu venha a decepcionar algumas delas ou até mesmo todas. O que talvez aponte para um segundo, e mais íntimo, tema deste livro — o de saber como eu ou qualquer ocupante de cargo público podemos evitar as armadilhas da fama, o desejo de agradar, o medo de perder e, desse modo, preservarmos aquele cerne de verdade, aquela voz única dentro de cada um de nós que nos torna conscientes de nossos compromissos mais profundos.

Recentemente, uma repórter que cobre o Congresso me parou a caminho do meu gabinete para dizer que tinha gostado do meu primeiro livro. “Fico pensando”, disse ela, “se você vai conseguir ser tão interessante no próximo que escrever.” Com isso, o que ela se perguntava era se eu conseguiria ser honesto agora, como senador dos Estados Unidos.

Às vezes, também me pergunto isso. Espero que escrever este livro me ajude a encontrar a resposta.

1. Republicanos e democratas

Quase todos os dias, entro no Congresso pelo subsolo. Um pequeno trem subterrâneo me leva do Hart Building, onde fica meu escritório, por um túnel ladeado por bandeiras e selos dos cinquenta estados. O trem para rangendo e eu sigo em frente, passando por funcionários agitados, equipes de manutenção e eventuais grupos de turistas, até os velhos elevadores que levam ao segundo andar. Ao sair, aceno para os vários jornalistas que costumam se reunir ali, dou um oi à Polícia do Capitólio e entro, por uma série de portas robustas, no plenário do Senado dos Estados Unidos.

O plenário do Senado não é o espaço mais bonito do Capitólio, mas não deixa de ser imponente. As paredes castanhas são realçadas por painéis com estampa damasco azul e colunas de mármore com veios finos. No alto, o teto forma um oval creme, com uma águia americana gravada no centro. Sobre a galeria dos visitantes, os bustos dos vinte primeiros vice-presidentes do país se alinham em solene repouso.

E, em degraus suaves, cem mesas de mármore se elevam do chão do Senado em quatro fileiras em forma de ferradura. Algumas dessas mesas datam de 1819 e, sobre cada uma delas, há um receptáculo para tinteiros e penas. Abrindo-se a gaveta de qualquer mesa, lá estão os nomes de todos os senadores que a usaram ao longo do tempo — Taft e Long, Stennis e Kennedy —, riscados ou escritos à mão pelo próprio

senador. Às vezes, em pé no plenário, imagino Paul Douglas ou Hubert Humphrey numa dessas mesas, insistindo mais uma vez para que se adote a legislação sobre direitos civis; ou Joe McCarthy, poucas mesas à frente, manuseando listas, preparando-se para citar nomes; ou Lyndon B. Johnson perambulando entre fileiras, agarrando lapelas e conseguindo votos. Às vezes, vou até a mesa à qual Daniel Webster se sentou outrora e o imagino levantando-se diante da galeria lotada e de seus colegas, os olhos fulgurantes, para defender com estrondo a União contra as forças da secessão.

Mas esses momentos esmaecem rápido. A não ser pelos poucos minutos que levamos para votar, meus colegas e eu passamos pouco tempo no plenário do Senado. A maioria das decisões — sobre que projetos de lei apresentar e quando apresentar, sobre como tratar emendas e fazer senadores recalcitrantes cooperarem — já foi tomada de antemão, pelo líder da maioria, pelo presidente do respectivo comitê, por seus funcionários e (dependendo do grau de controvérsia envolvido e da importância dos republicanos que cuidam do projeto) pelos colegas democratas. Quando chegamos ao plenário e o funcionário começa a chamar a lista de presença, cada senador já decidiu — consultando sua equipe, o líder de bancada, os lobistas, os grupos de interesse, as cartas de eleitores e as tendências ideológicas — qual será sua posição.

Isso torna o processo eficiente, o que é muito valorizado pelos senadores, que precisam dar conta de tudo em doze ou treze horas e voltar aos seus escritórios para receber eleitores ou retornar ligações, ir a um hotel próximo estreitar o relacionamento com doadores ou um estúdio de televisão dar uma entrevista ao vivo. Quem fica por ali, no entanto, pode ver um solitário senador levantar-se junto à sua mesa depois que os outros saíram, esperando ser identificado para fazer uma declaração no plenário. Pode ser a explicação de um projeto de

lei que ele apresentou ou um comentário mais amplo sobre algum desafio nacional que está sendo relegado. A voz do orador pode vibrar de paixão; seus argumentos — sobre cortes em programas para os pobres ou obstrução nas nomeações para o Judiciário, ou a necessidade de independência em energia — talvez sejam sólidos. Mas o orador estará falando para uma sala quase deserta: só para quem preside a sessão, alguns funcionários, o repórter do Senado e o olho que jamais pisca da C-SPAN. O orador vai até o fim. Um assistente de uniforme azul recolhe a declaração em silêncio, para registro oficial. Quando o primeiro senador sair, outro pode entrar, levantar-se junto à mesa, à espera de ser identificado e proferir sua declaração, repetindo o ritual.

No maior órgão deliberativo do mundo, ninguém está escutando.

Em minha memória, o dia 4 de janeiro de 2005 — quando eu e um terço do Senado fomos empossados como membros do 109º Congresso — aparece como um belo borrão. O sol estava brilhante, o ar inesperadamente morno para a estação. Vindos de Illinois, do Havaí, de Londres e do Quênia, minha família e meus amigos se amontoaram na galeria de visitantes para aplaudir, enquanto meus novos colegas e eu, em pé ao lado da tribuna de mármore, levantávamos a mão direita para fazer o juramento. Na sala do Velho Plenário do Senado, reuni minha esposa, Michelle, e nossas duas filhas para reencenar a cerimônia e tirar fotos com o vice-presidente Cheney (como era de esperar, Malia, então com seis anos, trocou um recatado aperto de mão com o vice-presidente, enquanto Sasha, de três anos, preferiu dar tapinhas na palma da mão dele, antes de voltar-se e acenar para as câmeras). Em seguida, vi as meninas descerem pulando as escadas do lado leste do Capitólio, os vestidos rosa e vermelho se

levantando um pouco com o vento, enquanto as colunas brancas da Suprema Corte serviam como um majestoso pano de fundo para suas brincadeiras. Michelle e eu as seguramos pelas mãos e nós quatro seguimos para a Biblioteca do Congresso, onde algumas centenas de simpatizantes que tinham vindo de fora nos aguardavam para assistir, e passamos as próximas horas envolvidos num fluxo de apertos de mão, abraços, fotos e autógrafos.

Um dia de sorrisos e agradecimentos, de polidez e esplendor — assim deve ter sido visto pelos visitantes do Capitólio. Se Washington comportava-se da melhor maneira naquele dia, fazendo uma pausa coletiva para assegurar a continuidade da nossa democracia, havia no entanto certa estática no ar, uma consciência de que aquele estado de espírito não duraria muito. Depois que a família e os amigos foram para casa, depois que as recepções terminaram e o sol se escondeu atrás do manto cinza do inverno, o que pairava sobre a cidade era a certeza de um fato único, aparentemente inalterável: o país estava dividido, e portanto Washington estava dividido, mais dividido do que em qualquer época desde antes da Segunda Guerra Mundial.

Tanto a eleição presidencial como várias estatísticas pareciam corroborar a opinião geral. Em todas as questões, os americanos discordavam uns dos outros: Iraque, impostos, aborto, armas, os Dez Mandamentos, casamento entre pessoas do mesmo sexo, imigração, comércio, política educacional, regulamentação ambiental, o tamanho do governo e o papel dos tribunais. Não só discordávamos, mas discordávamos com veemência, com partidários de ambos os lados da batalha, atirando veneno indiscriminadamente contra os oponentes. Discordávamos sobre a extensão das nossas discordâncias, a natureza das nossas discordâncias e as razões das nossas discordâncias. Tudo era motivo de debate, fosse a causa das mudanças climáticas ou a

própria existência das mudanças climáticas, o tamanho do déficit ou os responsáveis pelo déficit.

Para mim, nada disso era grande surpresa. Eu tinha acompanhado de longe a ferocidade crescente das batalhas políticas em Washington: o Caso Irã-Contras e Ollie North, a nomeação de Bork e Willie Horton, Clarence Thomas e Anita Hill, a eleição de Clinton e a Revolução de Gingrich, Whitewater e a investigação de Starr, o fechamento do governo e o impeachment, problemas em cartões perfurados e Bush versus Gore. Como o resto do público, eu tinha visto a cultura das campanhas eleitorais criar metástases no corpo político, tomando conta de toda a sociedade, enquanto uma indústria de insultos — ao mesmo tempo perpétua e de alguma forma lucrativa — emergia para dominar a televisão a cabo, os programas de rádio e a lista de mais vendidos do *New York Times*.

E participando do legislativo de Illinois por oito anos, eu tinha tido uma amostra de como o jogo passara a ser disputado. Quando cheguei a Springfield, em 1977, a maioria republicana do senado estadual de Illinois tinha adotado as mesmas regras então usadas pelo presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Gingrich, para manter o controle absoluto. Sem condição de ter sequer a mais modesta emenda debatida, quanto mais aprovada, os democratas gritavam, trovejavam, esperneavam e depois ficavam assistindo enquanto os republicanos aprovavam isenções fiscais para grandes corporações, castigavam os trabalhadores ou cortavam serviços sociais. Com o tempo, uma raiva implacável se espalhou entre os líderes democratas, e meus colegas registravam com atenção cada desfeita, cada insulto cometido pelo Partido Republicano. Seis anos depois, os democratas assumiram o controle, e os republicanos não se saíram melhor. Alguns veteranos recordavam melancolicamente o tempo em que republicanos e democratas se reuniam à noite para

jantar, chegando a um meio-termo entre bifés e charutos. Mas mesmo para os mais velhos essas boas lembranças perdiam o brilho assim que os agentes políticos do outro lado os escolhiam como alvos, inundando suas zonas eleitorais de cartas acusando-os de prevaricação, corrupção, incompetência e depravação moral.

Não digo que eu assistia a tudo passivo. Eu entendia a política como um esporte em que os trombos faziam parte do jogo e não ligava muito nem para as cotoveladas, nem para os golpes inesperados. Mas, vindo de uma zona eleitoral intransigentemente democrata como a minha, fui poupado das piores ofensas republicanas. Em algumas ocasiões, eu me juntava até mesmo aos colegas mais conservadores para elaborar uma lei, e, enquanto jogávamos pôquer ou tomávamos uma cerveja, às vezes chegávamos à conclusão de que tínhamos mais coisas em comum do que admitíamos em público. Isso talvez explique por que, durante os anos que passei em Springfield, me mantive fiel às ideias de que a política podia ser diferente e de que os eleitores queriam algo diferente; de que estavam cansados de distorções, xingamentos e soluções retóricas para problemas complicados; de que, se eu pudesse falar diretamente com esses eleitores, formular as questões da minha maneira, explicar quais eram as escolhas da forma mais verdadeira de que era capaz, o gosto instintivo das pessoas pelo jogo limpo e pelo bom senso as convenceria a adotar o meu ponto de vista. Se pelo menos um bom número de nós assumíssemos esse risco, eu achava que não só a vida política do país como as políticas nacionais mudariam para melhor.

Era com essa mentalidade que eu tinha entrado na disputa pela vaga no Senado dos Estados Unidos em 2004. Durante a campanha, fiz o possível para dizer o que pensava, jogar limpo e concentrar-me na substância. Após vencer as eleições primárias do Partido Democrata e

em seguida a eleição geral, nos dois casos com margens consideráveis, era uma tentação achar que eu tinha provado que estava certo.

Só tinha um problema. Minha campanha tinha ido tão bem que parecia um acaso feliz. Analistas políticos notaram que, dos sete candidatos nas primárias do Partido Democrata, nenhum recorreu a publicidade negativa na TV. O candidato mais rico de todos — um empresário com uma fortuna de pelo menos 300 milhões de dólares — gastou 28 milhões, quase tudo numa enxurrada de propaganda positiva, fracassando nas últimas semanas por causa de um processo de divórcio pouco lisonjeiro que a imprensa desenterrou. Meu adversário republicano, um homem bonito e rico, que tinha sido sócio do Goldman Sachs e virado professor nas periferias urbanas, começou a atacar meu histórico quase desde o início, mas antes que sua campanha pudesse decolar foi derrubado por um escândalo relacionado ao seu divórcio. Durante a maior parte do mês, percorri o estado de Illinois sem atrair ataques, até ser escolhido para fazer o discurso de abertura da Convenção Nacional do Partido Democrata — dezessete minutos de tempo sem cortes na televisão nacional. E por fim o Partido Republicano de Illinois inexplicavelmente escolheu como meu concorrente o ex-candidato à presidência Alan Keyes, que nunca tinha vivido em Illinois e que se mostrou tão agressivo e inflexível em suas posições que até republicanos conservadores ficaram com o pé atrás.

Mais tarde, alguns jornalistas me elegeram o político de maior sorte nos cinquenta estados. Em privado, alguns funcionários da minha equipe se ofenderam com essa avaliação, achando que ela deixava de levar em conta nosso grande esforço e o apelo da nossa mensagem. Ainda assim, não havia como negar minha sorte quase assustadora. Eu era um caso atípico, uma aberração; para quem acompanhava a política de perto, minha vitória não provava coisa alguma.

*image
not
available*

quando voltamos para o plenário do Senado depus meu primeiro voto, junto com os outros 73 que votaram naquele dia, para empossar George W. Bush na presidência dos Estados Unidos para um segundo mandato.

Eu receberia minhas primeiras ligações telefônicas e cartas negativas depois desse voto. Retornei as chamadas de alguns apoiadores democratas decepcionados, garantindo-lhes que, sim, eu estava ciente dos problemas ocorridos em Ohio e que, sim, eu achava que mereciam uma investigação, mas que, sim, apesar de tudo, eu acreditava que George W. Bush tinha ganhado a eleição, e que, não, pelo que me constava, eu não tinha me vendido nem sido cooptado depois de meros dois dias no cargo. Naquela semana, esbarrei por acaso com o senador aposentado Zell Miller, esbelto e vigilante democrata da Geórgia, membro da diretoria da Associação Nacional do Rifle (NRA, na sigla em inglês), que se desencantara com o Partido Democrata, apoiara George W. Bush e proferira um inflamado discurso de abertura na Convenção Nacional do Partido Republicano — uma veemente diatribe contra a perfídia de John Kerry e sua suposta fraqueza em segurança nacional. Nossa conversa foi breve, impregnada de tácita ironia — o idoso sulista que saía e o jovem negro do Norte que entrava, contraste que a imprensa tinha notado em nossos respectivos discursos durante a convenção. O senador Miller foi muito amável, desejando-me boa sorte em meu novo emprego. Mais tarde, encontrei um trecho de seu livro, *A Deficit of Decency*, no qual descrevia aquele meu discurso como um dos melhores que já tinha ouvido, antes de fazer a ressalva — na minha imaginação, com um sorriso maroto — de que talvez não tenha sido o mais eficaz em matéria de ganhar uma eleição.

Em outras palavras: meu candidato tinha perdido. O candidato de Zell Miller tinha ganhado. Essa era a dura e fria realidade política. O

*image
not
available*

rejeição a críticas e a atribuição de culpa. Você pode decidir se nossa condição é resultado natural do conservadorismo radical ou do liberalismo perverso, de Tom DeLay ou Nancy Pelosi, das grandes empresas de petróleo ou dos advogados gananciosos, de fanáticos religiosos ou militantes gay, da Fox News ou do *New York Times*. A maneira de contar essas histórias, a sutileza dos argumentos e a qualidade das provas variam de autor para autor, e não nego minha preferência pela narrativa dos democratas nem minha convicção de que os argumentos dos liberais costumam estar mais embasados na razão e nos fatos. Em sua forma destilada, porém, as explicações tanto da direita como da esquerda tornaram-se tão parecidas quanto se uma fosse o reflexo da outra no espelho. São histórias de conspiração, do sequestro dos Estados Unidos por um complô do mal. Como todas as boas teorias conspiratórias, essas fábulas contêm apenas a dose de verdade capaz de satisfazer os que estão predispostos a acreditar, sem admitir qualquer contradição que possa abalar suas premissas. A intenção não é convencer o outro lado, mas manter as próprias bases animadas e tranquilas quanto à retidão de suas respectivas causas — e atrair somente um número suficiente de novos adeptos para forçar o outro lado a ceder.

Claro, há outra história a ser contada pelos milhões de americanos que cuidam dos próprios assuntos. Eles estão trabalhando ou procurando emprego, ajudando os filhos com o dever de casa, lutando com altas contas de gás, com o seguro-saúde insuficiente e com uma pensão que algum tribunal de falências tornou inexecutável. Ora têm esperanças, ora têm medo do futuro. Sua vida é repleta de contradições e ambiguidades. E como a política tem tão pouco a dizer sobre o que estão vivendo — pois eles entendem que a política hoje é negócio e não missão, e o que parece debate é pouco mais do que

*image
not
available*

de agradar a todas as partes constituintes, do lojista da Main Street ao gerente corporativo do clube privado. (Os republicanos também devem ter adotado uma versão mais veemente de anticomunismo nos anos 1950 mas, como John F. Kennedy ajudou a demonstrar, nisso os democratas estavam dispostos a apostar alto contra o Partido Republicano sempre que houvesse eleições.)

Foram os anos 1960 que acabaram com esses alinhamentos políticos, por motivos e de formas que têm sido bem analisados por historiadores. Primeiro chegou o movimento pelos direitos civis, um movimento que mesmo em seus primeiros e pacíficos dias desafiou a estrutura social existente, obrigando os americanos a tomarem partido. No fim, Lyndon Johnson escolheu o lado certo da batalha, mas, como filho do Sul, compreendia melhor do que qualquer um o custo dessa escolha: ao assinar a Lei dos Direitos Civis, diria a seu assessor Bill Moyers que, com apenas uma canetada, acabava de entregar o Sul ao Partido Republicano por um bom tempo.

Então vieram os protestos estudantis contra a Guerra do Vietnã e a insinuação de que os Estados Unidos nem sempre estavam certos e nossas ações nem sempre se justificavam — de que uma nova geração não pagaria qualquer preço ou carregaria qualquer fardo que os mais velhos ordenassem.

E então, com as muralhas do status quo rompidas, todos os “forasteiros” passaram pelos portões: feministas, latino-americanos, hippies, Panteras, mães que recebiam auxílio do governo para criar os filhos, gays, todos reivindicando seus direitos, todos em busca de reconhecimento, todos exigindo um lugar à mesa e uma fatia do bolo.

A lógica desses movimentos levaria anos para se desenvolver. A estratégia sulista de Nixon, com seu desafio à dessegregação dos ônibus ordenada pela Justiça e seu apelo à maioria silenciosa, trouxe dividendos eleitorais imediatos. Mas sua filosofia de governo jamais se

*image
not
available*

de efeito: o momento em que as denúncias contra o capitalismo ou o imperialismo americano afluíam com excessiva facilidade, a rejeição às restrições da monogamia ou da religião era proclamada sem uma compreensão genuína de seu valor e o papel de vítima era aceito prontamente como forma de não assumir responsabilidade, de reivindicar direitos ou de alegar superioridade moral sobre os que não tinham sido vitimizados.

Tudo isso talvez explique por que, por mais que estivesse incomodado com a eleição de Ronald Reagan em 1980, e por menos que estivesse convencido da sua pose de John Wayne, de *Papai sabe tudo*, do seu jeito de fazer política contando historinhas e dos seus ataques gratuitos aos pobres, eu entendia seu apelo. Era o mesmo apelo que as bases militares no Havaí exerciam sobre mim quando jovem, com suas ruas arrumadas, suas máquinas bem azeitadas, os uniformes impecáveis, as continências incisivas. Tinha a ver com o prazer que ainda sinto ao assistir a uma boa partida de beisebol ou que minha esposa sente assistindo a reprises de *The Dick Van Dyke Show*. Reagan falava diretamente ao desejo americano de ordem, a nossa necessidade de acreditar que não estamos apenas sujeitos a forças cegas e impessoais, mas que podemos determinar nosso destino pessoal e coletivo, bastando para isso redescobrirmos os valores tradicionais do trabalho, do patriotismo, da responsabilidade pessoal, do otimismo e da fé.

O fato de a mensagem de Ronald Reagan ter encontrado uma plateia tão receptiva era testemunho não apenas de suas habilidades de comunicador, mas também da incapacidade do governo liberal, durante um período de estagnação econômica, de dar a eleitores de classe média a sensação de que defendia seus interesses. Pois a verdade era que o governo, em todos os níveis, se tornara descuidado no uso do dinheiro do contribuinte. Com frequência, burocratas

*image
not
available*

execução de um condenado no corredor da morte com deficiência mental, na véspera de eleições primárias importantes). Nos dois primeiros anos de sua presidência, Clinton seria obrigado a abandonar alguns elementos cruciais de sua plataforma — assistência médica universal, investimentos agressivos em educação e instrução — que poderiam ter revertido, de forma decisiva, as tendências que vinham enfraquecendo a posição de famílias trabalhadoras na nova economia.

Apesar disso, ele compreendeu instintivamente a falsidade das escolhas apresentadas ao povo americano. Via que gastos e regulamentações do governo poderiam, se calibrados do jeito certo, servir como ingredientes vitais e não como inibidores do crescimento econômico, e que mercados e disciplina fiscal poderiam ajudar a promover a justiça social. Reconheceu que responsabilidade pessoal, e não só coletiva, era necessária para combater a pobreza. Em sua plataforma — ou até na sua política do dia a dia —, a Terceira Via de Clinton era mais do que chegar a um acordo. Ela fazia uso da atitude pragmática, não ideológica, da maioria dos americanos.

Na verdade, no fim da sua presidência, as medidas de Clinton — reconhecidas como progressistas, ainda que modestas em seus objetivos — já contavam com amplo apoio popular. Politicamente, ele tinha livrado o Partido Democrata de alguns excessos que o impediam de ganhar eleições. O fato de ter sido incapaz, apesar de uma economia próspera, de traduzir políticas populares em uma espécie de coalizão de governo dizia algo sobre as dificuldades demográficas que os democratas enfrentavam (em particular, o crescimento populacional do Sul cada vez mais para o lado republicano) e as vantagens estruturais de que os republicanos desfrutavam no Senado, onde os votos de dois senadores republicanos do Wyoming, com uma população de 493 782, equivaliam aos votos de dois senadores democratas da Califórnia, com uma população de 33 871 648.

*image
not
available*

Há o absolutismo religioso da direita cristã, movimento que ganhou terreno na questão inegavelmente difícil do aborto, mas que logo se transformou numa coisa mais ampla. Esse movimento insiste não apenas em afirmar que o cristianismo é a religião predominante dos Estados Unidos, mas que uma versão particular, fundamentalista, dessa religião deveria conduzir as políticas públicas, passando por cima de qualquer outra fonte alternativa de entendimento, sejam os escritos de teólogos liberais, as descobertas da Academia Nacional de Ciências ou as palavras de Thomas Jefferson.

E existe a crença absoluta na autoridade da vontade da maioria ou pelo menos daqueles que reivindicam poder em nome da maioria — um desdém pelos contrapesos institucionais (os tribunais, a Constituição, a imprensa, as Convenções de Genebra, as regras do Senado ou as tradições que governam a reconfiguração de distritos eleitorais) que possam retardar a nossa marcha inexorável para a Nova Jerusalém.

Claro, há alguns dentro do Partido Democrata que se inclinam a um fanatismo semelhante. Mas aqueles que jamais chegaram perto de ter o poder de um Robe ou DeLay, o poder de assumir o controle do partido, enchem-no de partidários leais e consagram algumas de suas ideias mais radicais na forma de leis. O predomínio de diferenças regionais, étnicas e econômicas dentro do partido, o mapa eleitoral e a estrutura do Senado, a necessidade de captar recursos das elites econômicas para financiar eleições — todas essas coisas tendem a impedir que os democratas que ocupam o cargo se afastem muito do centro. Na verdade, conheço poucos democratas eleitos que correspondam à caricatura liberal; da última vez que indaguei, John Kerry acreditava na manutenção da superioridade militar dos Estados Unidos, Hillary Clinton acreditava nas virtudes do capitalismo, e

*image
not
available*

democratas por terem votado pela confirmação do presidente da Suprema Corte John Roberts. Minha equipe estava um pouco nervosa com a ideia; como votei contra a confirmação de Roberts, não via motivo para que eu agitasse uma parte tão falante da base democrata. Mas eu já gostava da troca de ideias que o blog proporcionava, e, nos dias seguintes à postagem da minha carta, de forma genuinamente democrática, mais de seiscentas pessoas comentaram. Algumas concordavam comigo. Outras achavam que eu estava sendo idealista demais — que o tipo de política que eu propunha jamais funcionaria para enfrentar a máquina de relações públicas republicana. Um contingente bastante grande achava que eu tinha sido “mandado” por elites de Washington para atenuar a dissidência nas fileiras, e/ou tinha ficado tempo demais em Washington e estava perdendo contato com o povo americano, e/ou era — como um blogueiro diria depois — apenas um “idiota”.

Talvez os críticos tivessem razão. Talvez não haja como escapar da nossa grande divisão política, um infindável choque de exércitos, e qualquer tentativa de alterar as regras de engajamento seja inútil. Ou talvez a banalização da política tenha chegado a um ponto sem volta, de modo que a maioria das pessoas a vê apenas como mais uma forma de diversão, um esporte, com os políticos como nossos gladiadores barrigudos e os que quiserem prestar atenção apenas como espectadores aficionados: pintamos o rosto de vermelho ou azul, aplaudimos nosso lado e vamos o outro, e tudo bem se for preciso uma trombada ou uma deslealdade para vencer o outro time, pois o que importa é ganhar.

Mas não é nisso que acredito. Eles estão por aí, penso, os cidadãos comuns que cresceram em meio a todas as batalhas políticas e culturais, mas que descobriram um jeito — em sua própria vida, pelo menos — de fazer as pazes com os vizinhos e consigo mesmos. Penso

*image
not
available*

dirigindo-se à tribuna, vigoroso e em boa forma, com aquele passo desenvolvido e determinado que sugere que ele tinha o tempo contado e precisava evitar digressões. Durante uns dez minutos, discursou, fez piadas, pedindo união ao país, antes de nos convidar para irmos ao outro lado da Casa Branca fazer um lanche e tirar fotos com ele e a primeira-dama.

Eu estava morrendo de fome e, enquanto a maioria dos legisladores entrava na fila para as fotos, fui ao bufê. Enquanto beliscava uns petiscos e conversava com uma meia dúzia de membros da Câmara, lembrei-me de meus dois contatos anteriores com o presidente, o primeiro deles uma rápida ligação para me cumprimentar depois da eleição, o segundo um café da manhã na Casa Branca comigo e outros senadores recém-chegados. Em ambas as situações, o presidente me pareceu um homem simpático, sagaz e disciplinado, mas com o mesmo jeitão direto que o ajudara a ganhar dois pleitos; era fácil imaginá-lo como dono da concessionária de automóveis da avenida, treinando times da liga infantil e fazendo churrasco no quintal — um desses sujeitos que costumam ser boa companhia, desde que a conversa gire em torno de esportes e dos filhos.

Houvera um momento, porém, durante o encontro no café da manhã, depois dos tapinhas nas costas e do bate-papo, e quando todos estavam sentados, com o vice-presidente Cheney impassível enquanto comia seus ovos benedict e Karl Rove do outro lado da mesa checava seu BlackBerry discretamente, em que vi um outro lado do homem. O presidente tinha começado a falar sobre o programa de governo de seu segundo mandato, quase uma repetição dos tópicos de sua campanha — a importância de continuar a missão no Iraque e de renovar a Lei Patriótica, a necessidade de reformar a previdência social e rever o sistema tributário, a determinação de obter uma votação direta sobre suas nomeações para o Judiciário — e foi como se de repente, nos

*image
not
available*

políticas — e por mais que eu insista em responsabilizá-los pelas respectivas consequências —, ainda acredito ser possível, quando converso com esses homens e mulheres, entender seus motivos e, neles, reconhecer valores que também são meus.

Não é uma postura fácil de se manter em Washington. É tanto em jogo nos debates sobre políticas em Washington — seja despachar nossos jovens e nossas jovens para a guerra, seja permitir a continuidade das pesquisas com célula-tronco — que até mesmo as pequenas diferenças nos pontos de vista ganham maiores proporções. As demandas de lealdade partidária, os imperativos de campanha e a amplificação de conflitos pela mídia — tudo contribui para criar um clima de desconfiança. Além disso, a maioria das pessoas que trabalham em Washington tem formação de advogado ou estrategista político — profissões que tendem a dar mais valor a ganhar discussões do que a resolver problemas. Até entendo que, depois de um certo tempo na capital, sejamos tentados a supor que os que discordam de nós têm valores fundamentalmente diferentes — inclusive, que são movidos pela má-fé e talvez sejam más pessoas.

Fora de Washington, no entanto, os Estados Unidos parecem menos divididos. Illinois, por exemplo, já não é visto como um indicador de tendências. Ao longo de mais de uma década, o estado foi se tornando cada vez mais democrata, em parte devido ao avanço da urbanização, em parte porque o conservadorismo social do Partido Republicano atual não resiste bem na Terra de Lincoln. Mas Illinois continua a ser um microcosmo do país, um grande ensopado de Norte e Sul, Leste e Oeste, urbano e rural, branco, negro e todas as combinações. Chicago talvez tenha toda a sofisticação urbana de Los Angeles ou Nova York, mas do ponto de vista geográfico e cultural a parte sul de Illinois está mais perto de Little Rock ou de Louisville, e

*image
not
available*

A maior parte dos ricos deseja que os pobres sejam bem-sucedidos, e os pobres, em grande parte, são mais críticos de si mesmos e têm aspirações mais altas do que sugere a cultura popular. Quase todos os redutos republicanos têm 40% de democratas, e vice-versa. Os rótulos políticos de liberal e conservador raras vezes levam em conta os atributos pessoais dos indivíduos.

Tudo isso leva a uma pergunta: quais são os valores fundamentais que nós, americanos, compartilhamos? Não é assim que a pergunta costuma ser formulada, claro; nossa cultura política prefere perguntar onde está o embate de nossos valores. Logo depois da eleição de 2004, por exemplo, foi publicado o resultado de uma grande pesquisa nacional de boca de urna na qual eleitores citavam “valores morais” como item determinante na hora de votar. Comentaristas exploraram os dados para afirmar que as questões sociais mais controversas na eleição — em especial o casamento entre pessoas do mesmo sexo — tinham sido decisivas em muitos estados. Conservadores saudaram os números, convencidos de que eles demonstravam o poder crescente da direita cristã.

Quando os votos foram analisados, mais tarde, ficou claro que os especialistas e adivinhos tinham exagerado um pouco. Na verdade, os eleitores tinham considerado segurança nacional a questão mais importante, e, apesar de muitos de fato acharem “valores morais” um fator relevante na escolha do voto, o significado do termo era muito vago, incluindo de aborto a delitos corporativos. Imediatamente, alguns democratas demonstraram alívio, como se a minimização do “fator valores” ajudasse a bandeira liberal; como se a discussão sobre esses valores fosse um desvio perigoso, desnecessário, das preocupações materiais que caracterizavam a plataforma do Partido Democrata.

*image
not
available*

deveres familiares implícitos por gerações. Damos valor à comunidade, à boa vizinhança que se manifesta na construção do celeiro ou no treinamento do time de futebol. Damos valor ao patriotismo e às obrigações da cidadania, um senso de dever e sacrifício em nome do país. Damos valor à crença em alguma coisa maior do que nós, quer essa coisa se expresse em religião formal ou em preceitos éticos. E valorizamos a constelação de condutas que manifestam o apreço que temos uns pelos outros: honestidade, correção, humildade, bondade, cortesia e compaixão.

Em toda sociedade (e em todo indivíduo), essas duas vertentes — a individualista e a comunal, autonomia e solidariedade — vivem sob tensão, e uma das bênçãos dos Estados Unidos é que as circunstâncias da criação do nosso país nos permitiram administrar essa tensão melhor do que a maioria. Não tivemos que passar por nenhuma das violentas sublevações que a Europa sofreu para se livrar de seu passado feudal. Nossa passagem de sociedade agrícola para sociedade industrial foi facilitada pelo tamanho do continente, pelas vastas extensões de terra e por recursos abundantes que permitiram aos novos imigrantes se reinventarem continuamente.

Mas não podemos evitar por completo essa tensão. Às vezes, nossos valores entram em choque porque, nas mãos dos homens, cada um deles está sujeito a distorções e excessos. Autonomia e independência podem se tornar ganância e desejo histérico de sucesso a qualquer custo. Mais de uma vez em nossa história vimos o patriotismo descambar em jingoísmo, xenofobia, abafamento da dissensão; vimos a fé calcificar-se em hipocrisia, estreiteza mental e crueldade com os outros. Até mesmo o impulso da caridade pode aos poucos transformar-se em um paternalismo sufocante, na relutância em reconhecer a capacidade de os outros cuidarem de si mesmos.

*image
not
available*

policiais e oponentes da pena de morte, mantendo nossas negociações tanto quanto possível longe da imprensa.

Em vez de insistir nas sérias divergências em volta da mesa, eu falava dos valores comuns que, a meu ver, todos compartilhavam, não importava a postura de cada um a respeito da pena de morte: quer dizer, os princípios básicos de que nenhum inocente deveria acabar no corredor da morte e de que nenhum culpado de crime punível com a morte ficasse livre. Quando representantes da polícia citavam problemas concretos na concepção do projeto de lei, nós modificávamos o texto. Quando representantes policiais propunham filmar apenas as confissões, nós resistíamos, ressaltando que o objetivo do projeto era inspirar no público a certeza de que as confissões eram obtidas sem coerção. No fim do processo, o projeto contava com o apoio de todas as partes envolvidas. Foi aprovado por unanimidade no senado estadual de Illinois e convertido em lei.

É claro que essa abordagem da formulação de política nem sempre funciona. Às vezes, políticos e grupos de interesse preferem o conflito aberto em sua tentativa de alcançar objetivos ideológicos mais amplos. A maioria dos militantes antiaborto, por exemplo, é contra os legisladores sequer buscarem propostas conciliatórias que teriam reduzido de forma significativa a incidência do procedimento conhecido popularmente como aborto com nascimento parcial, porque a imagem do procedimento na cabeça do público os tem ajudado a conquistar adeptos.

E às vezes nossas predisposições ideológicas são tão rígidas que temos dificuldade para enxergar o óbvio. Certa vez, quando ainda estava no senado de Illinois, ouvi um colega republicano fazer um discurso fervoroso contra um projeto para oferecer café da manhã a crianças da pré-escola. Esse projeto, segundo ele, destruiria seu espírito de autossuficiência. Precisei lembrar-lhe de que não muitas

*image
not
available*

desempenho quando os líderes empresariais dos Estados Unidos estão gordos e felizes. Mas a explosão no pagamento de CEOs nada tem a ver com desempenho. Na verdade, alguns dos executivos mais bem pagos do país na última década estiveram à frente de imensas quedas nos ganhos, perdas de valor para os acionistas, demissões em massa e subfinanciamento de fundos de pensão para os trabalhadores.

A explicação para a mudança nos salários dos executivos não está em nenhum imperativo de mercado. É cultural. Numa época em que os trabalhadores em geral recebem pequenos aumentos salariais ou não recebem aumento nenhum, muitos CEOs nos Estados Unidos perderam qualquer pudor de botar a mão em tudo que lhes permitem seus conselhos corporativos, maleáveis e escolhidos a dedo. Os americanos compreendem o dano causado por essa ética da ganância na vida coletiva; numa pesquisa recente, eles mencionaram a corrupção no governo e nas empresas, além da ganância e do materialismo como dois dos três desafios morais mais importantes que o país enfrenta (“criar filhos com os valores certos” foi o número um). Os conservadores podem ter razão quando afirmam que o governo não deveria tentar fixar os salários e benefícios dos executivos. Mas os conservadores deveriam estar pelo menos dispostos a se posicionar contra o comportamento indecoroso nas salas de reuniões das empresas com a mesma força moral, com o mesmo senso de indignação com que atacam as letras sórdidas do rap.

É claro que existem limites para o poder do “púlpito intimidador”. Às vezes, só a lei pode confirmar nossos valores, em particular quando estão em jogo os direitos e oportunidades dos que não têm poder na nossa sociedade. Certamente isso foi verdade em nossos esforços para acabar com a discriminação racial; por mais importante que tenha sido a exortação moral para mudar as opiniões e os sentimentos dos brancos americanos durante a era dos direitos civis, o que em última

*image
not
available*

nossas diferenças de opinião sobre o programa de assistência médica Medicare ou diplomacia no Oriente Médio. Mas sabiam que a campanha do meu adversário tinha violado um valor — civilidade — que elas consideravam importante.

A diferença entre o que consideramos comportamento apropriado na vida diária e o que é preciso para vencer uma campanha é só um dos testes a que os valores de um político são submetidos. Poucas outras profissões exigem que avaliemos todos os dias tantas solicitações rivais — entre diferentes grupos de eleitores, entre os interesses do Estado e os interesses do país, entre a lealdade partidária e seu próprio senso de independência, entre o valor do serviço público e suas obrigações familiares. Há um perigo constante, na cacofonia das vozes, de que o político perca a sua bússola moral e seja levado inteiramente pelos ventos da opinião pública.

Talvez isso explique por que buscamos em nossos líderes a mais esquiva das qualidades — a virtude da autenticidade, de ser quem você diz que é, de ter uma veracidade que vai além das palavras. Meu amigo o falecido senador dos Estados Unidos Paul Simon tinha essa qualidade. Pela maior parte da sua carreira, ele confundiu os especialistas conquistando o apoio de pessoas que discordavam, por vezes com vigor, de suas políticas liberais. Ajudava bastante o fato de parecer digno de confiança, como um médico de cidade do interior, com seus óculos, sua gravata-borboleta, seu rosto de basset hound. Mas as pessoas também sentiam que ele vivia em coerência com seus valores: que era honesto, que defendia aquilo em que acreditava e, talvez o mais importante, que se importava com eles e com suas dificuldades.

Esse último aspecto do caráter de Paul — um senso de empatia — é o que valorizo mais à medida que envelheço. Está no âmago do código moral, e é assim que entendo a regra de ouro — não apenas como um

*image
not
available*

E, no entanto, uma parte de nós sabe que isso está errado. Apegamo-nos a nossos valores, mesmo que às vezes pareçam manchados e gastos; mesmo que, como país e em nossa vida, nós os tenhamos traído com grande frequência. O que mais existe para nos guiar? Esses valores são nosso patrimônio, aquilo que faz de nós o que somos como povo. E apesar de reconhecermos que estão sujeitos a contestação, que podem ser cutucados, espicaçados, desacreditados e virados do avesso por intelectuais e críticos da cultura, eles se mostraram ao mesmo tempo surpreendentemente duradouros e surpreendentemente constantes em todas as classes, raças, religiões e gerações. Temos o direito de fazer declarações em seu nome, mas sabendo que nossos valores precisam passar pelo teste dos fatos e da experiência, e lembrando que eles requerem ações, não apenas palavras.

Agir de outra forma seria abrir mão do que temos de melhor.

*image
not
available*

maioria e seis anos como líder da minoria. Em paralelo, mantinha o impulso populista que o levava a se concentrar na concessão de benefícios tangíveis para homens e mulheres do seu estado: compensações por pulmão negro e proteções sindicais para mineiros; estradas, edifícios e projetos de eletrificação para comunidades desesperadamente pobres. Em dez anos de cursos noturnos enquanto servia no Congresso, formou-se em direito, e seu conhecimento do regulamento do legislativo era lendário. Para coroar tudo isso, escreveu uma história do Senado em quatro volumes que demonstrava não apenas erudição e disciplina, mas também um amor insuperável pela instituição que definira a obra da sua vida. Na verdade, dizia-se que a paixão do senador Byrd pelo Senado só não era maior do que a ternura que sentia pela esposa doente de 68 anos (hoje falecida) — e talvez do que sua reverência pela Constituição, andando sempre com um exemplar no bolso, que costumava tirar e sacudir no ar no meio dos debates.

Eu já havia deixado um recado no gabinete do senador Byrd solicitando uma reunião quando tive a oportunidade de encontrá-lo pessoalmente. Foi no dia da nossa posse, e estávamos na sala do Velho Plenário do Senado, um lugar escuro, cheio de enfeites, dominado por uma grande águia que abre suas asas como uma gárgula sobre a cadeira do presidente no alto de um toldo de veludo vermelho-escuro. O ambiente sombrio era apropriado para a ocasião, pois a bancada democrata estava reunida para se organizar após uma eleição difícil e a perda do seu líder. Uma vez instalada a nova cúpula, o líder da minoria Harry Reid perguntou ao senador Byrd se ele poderia dizer algumas palavras. Devagar, o senador, um homem magro ainda com bastos cabelos brancos, olhos azul-claros e nariz fino, grande, levantou-se. Por um momento, permaneceu calado, equilibrando-se com sua bengala, o rosto virado para cima, os olhos fixos no teto.

*image
not
available*

que anos ou meses antes pareciam claros. Pois, em última análise, leis são apenas palavras numa página — palavras que podem ser maleáveis, opacas, dependentes de contexto e de confiança, assim como acontecem uma história, um poema, uma promessa a alguém, palavras cujo significado está sujeito a erosão, às vezes desabando num piscar de olhos.

No entanto, as controvérsias jurídicas que agitavam Washington em 2005 iam além dos problemas comuns de interpretação. Na verdade, envolviam o problema de saber se as pessoas que estavam no poder eram limitadas por quaisquer normas legais.

Quando o assunto era segurança nacional na era pós-Onze de Setembro, por exemplo, a Casa Branca rechaçava qualquer sugestão de que pudesse ter que dar explicações ao Congresso ou aos tribunais. Durante as audiências para confirmar Condoleezza Rice como secretária de Estado, surgiam discussões acaloradas sobre tudo, do alcance da resolução do Congresso autorizando a guerra no Iraque à disposição de membros do Executivo para prestarem testemunho sob juramento. Durante o debate em torno da confirmação de Alberto Gonzales, analisei memorandos redigidos no gabinete do ministro da Justiça sugerindo que técnicas como privação de sono ou asfixia repetida não causavam “dor forte” do tipo “relacionado a falência de órgãos, inibição das funções fisiológicas, ou mesmo morte”; transcrições que sugeriam que as Convenções de Genebra não se aplicavam a “combatentes inimigos” capturados numa guerra no Afeganistão; pareceres segundo os quais a Quarta Emenda não se aplicava a cidadãos americanos classificados como “combatentes inimigos” e capturados em solo americano.

Essa atitude não se limitava, de forma alguma, à Casa Branca. Lembro que um dia, no começo de março, quando me dirigia ao plenário do Senado, fui parado de repente por um jovem de cabelos

*image
not
available*

Atlanta. Enquanto ele e colegas que pensam como ele estiverem dispostos a permanecer no plenário e falar, tudo o mais tem que esperar — o que dá a cada senador uma enorme influência, e a determinada minoria efetivo poder de veto sobre qualquer legislação.

A única maneira de sair de uma obstrução é três terços do Senado invocarem uma coisa chamada *cloture*, ou seja, o fim do debate. Na prática, isso significa que toda ação pendente no Senado — todo projeto de lei, resolução ou nomeação — precisa do apoio de sessenta senadores, não de maioria simples. Uma série de regras complexas foi desenvolvida, permitindo que votos de obstrução ou de *cloture* prossigam sem espalhafato: a simples ameaça de uma obstrução costuma bastar para chamar a atenção do líder da maioria, e um voto de *cloture* então é preparado sem que ninguém precise passar as noites dormindo em poltronas e catres. Mas ao longo da história moderna do Senado, o obstrucionismo tem sido uma prerrogativa preciosamente guardada, uma das características distintivas — junto com mandatos de seis anos e a alocação de dois senadores por estado, não importa o tamanho da população — que separam o Senado da Câmara e servem como barreira de proteção contra possíveis excessos da maioria.

Há outra história, mais sombria, sobre o obstrucionismo, que para mim tem especial relevância. Por quase um século, foi a arma preferida do Sul em seus esforços para proteger a lei de Jim Crow contra interferência federal, a barricada legal que efetivamente esvaziou a Décima Quarta e a Décima Quinta Emendas. Década após década, homens educados, eruditos, como o senador Richard B. Russell, da Geórgia (em cuja homenagem a mais elegante suíte de escritórios do Senado foi nomeada), usavam o obstrucionismo para asfixiar qualquer projeto de lei sobre direitos civis que fosse submetido ao Senado, quer votando projetos sobre direitos, projetos

*image
not
available*

defender não só nossos direitos, mas também nossos valores, nós, progressistas, não tínhamos perdido fé na democracia.

Quando os conservadores pareciam ter perdido qualquer senso de que a democracia deve ser mais do que aquilo em que a maioria insiste, lembrei-me de uma tarde, muitos anos antes, em que, como membro do legislativo de Illinois, eu tinha sugerido que uma emenda incluísse uma exceção para a saúde da mãe num projeto de lei republicano para banir o aborto com nascimento parcial. A emenda foi rejeitada numa votação político-partidária, e depois disso saí para o corredor com um colega republicano. Sem a emenda, disse eu, a lei seria derrubada pelos tribunais como inconstitucional. Ele virou-se para mim e disse que não importava muito que a emenda tivesse sido atacada, pois, de qualquer forma, os juízes fariam o que bem entendessem.

“É tudo política”, disse ele, virando-se para ir embora. “E neste momento nós temos os votos.”

Será que alguma dessas lutas tem importância? Para muitos de nós, disputas sobre procedimentos do Senado, separação de poderes, nomeações para o Judiciário e regras de interpretação constitucional parecem esotéricas, distantes das nossas preocupações diárias — só mais um exemplo de brigas partidárias.

Na verdade, elas importam, sim. Não só porque as regras processuais do nosso governo ajudam a definir os resultados — em todos os assuntos, por exemplo, decidir se o governo pode estabelecer regras para poluidores ou grampear nosso telefone —, mas porque definem nossa democracia, tanto quanto as eleições. Nosso sistema de governo é complexo; é através desse sistema e respeitando esse sistema que damos forma aos nossos valores e compartilhamos obrigações.

*image
not
available*

Os Fundadores estavam impregnados dessas teorias e, apesar disso, estavam diante de um fato desanimador: na história do mundo até aquela altura, havia poucos exemplos de democracias bem-sucedidas, e nenhuma dessas democracias era maior do que as cidades-estados da Grécia antiga. Com treze estados remotos e uma população diversificada de 3 ou 4 milhões, um modelo ateniense de democracia estava fora de questão; a democracia direta da Nova Inglaterra, com eleitores reunidos para tomar decisões, era impensável. Uma forma republicana de governo, na qual o povo elegeisse representantes, parecia mais promissora, mas até os republicanos mais otimistas estavam convencidos de que esse sistema só funcionaria numa comunidade politicamente homogênea e geograficamente compacta — uma comunidade na qual uma cultura comum, uma religião comum e um conjunto bem desenvolvido de virtudes cívicas da parte de cada cidadão limitassem a discórdia e as brigas.

A solução que os Fundadores encontraram, depois de debates acalorados e múltiplos rascunhos, revelou-se uma singular contribuição para o mundo. As linhas gerais da arquitetura constitucional de Madison são tão conhecidas que até alunos dos primeiros anos são capazes de recitá-las: não só o império da lei e o governo representativo, não só a declaração de direitos, mas também a separação do governo nacional em três poderes equivalentes, um Congresso bicameral e um conceito de federalismo que preservava autoridade nos governos estaduais, com o objetivo geral de difundir o poder, manter facções sob controle, equilibrar interesses e impedir a tirania, quer de poucos ou de muitos. Além disso, nossa história tem endossado um dos principais insights dos Fundadores: o de que o governo republicano autônomo funcionaria melhor numa sociedade grande e diversificada, na qual, nas palavras de Hamilton, “o confronto de partidos” e as diferenças de opinião poderiam

*image
not
available*

disposições mais importantes — como a cláusula do devido processo e a cláusula da igual proteção — tem evoluído muito ao longo do tempo. O entendimento original da Décima Quarta Emenda, por exemplo, com certeza permitiria discriminação sexual e talvez até segregação racial — um entendimento de igualdade que poucos de nós gostariam de retomar.

Por fim, qualquer pessoa que busque resolver nossas disputas constitucionais modernas por meio de uma interpretação rigorosa terá mais um problema: os Fundadores e signatários discordavam profundamente, veementemente, quanto ao significado de sua obra-prima. Antes que a tinta secasse no pergaminho, surgiram as primeiras disputas não apenas sobre disposições menores, mas também sobre princípios básicos, não só entre figuras periféricas, mas dentro do próprio núcleo da Revolução. Eles discutiam sobre até onde ia o poder do governo nacional — para regulamentar a economia, para prevalecer sobre as leis estaduais, para formar um exército permanente ou para assumir dívidas. Discutiam sobre o papel do presidente no estabelecimento de tratados com potências estrangeiras e sobre o papel da Suprema Corte na determinação das leis. Discutiam sobre o significado de direitos fundamentais, como liberdade de expressão e liberdade de reunião, e, em diversas ocasiões, quando o frágil estado parecia ameaçado, não hesitavam em ignorar por completo esses direitos. Levando em conta o que sabemos desse melê, com suas fluidas alianças e até mesmo suas táticas desonestas, é pouco realista supor que um juiz, duzentos anos depois, possa de alguma maneira descobrir qual era a intenção original dos Fundadores ou dos signatários.

Alguns historiadores e juristas levam o argumento contra a interpretação estrita um pouco além. Concluem que a própria Constituição foi basicamente um acaso feliz, um documento

*image
not
available*

ninguém quer ver e que os editorialistas ao longo da nossa história costumam rotular de corrupto. E apesar disso acho que estamos errados quando supomos que a deliberação democrática requer o abandono dos nossos ideais mais elevados ou do compromisso com o bem comum. Afinal, a Constituição nos garante a liberdade de expressão, não só para que possamos gritar uns com os outros o mais alto que quisermos, surdos para o que os outros possam dizer (embora tenhamos esse direito). Ela também nos oferece a possibilidade de um genuíno mercado de ideias, no qual o “confronto de partidos” funcione a favor da “deliberação e prudência”; um mercado no qual, pelo debate e pela concorrência, possamos ampliar nossas perspectivas, mudar de ideia e chegar, quem sabe, não apenas a acordos em geral, mas a acordos sólidos e justos.

O sistema de freios e contrapesos, de separação de poderes e de federalismo da Constituição pode muitas vezes fazer com que grupos de interesses briguem e tentem conseguir pequenas vantagens, mas não precisa ser assim. Essa difusão de poder também pode forçar grupos a levarem em conta outros interesses e, na verdade, até modificar, com o tempo, o modo como esses grupos pensam e sentem-se sobre seus próprios interesses.

A rejeição do absolutismo implícita em nossa estrutura constitucional pode, às vezes, fazer nossa política parecer antiética. Mas, pela maior parte da nossa história, ela tem estimulado o processo de coleta de informações, análise e discussão que nos permite fazer escolhas melhores, mesmo que imperfeitas, a respeito não só dos meios para atingir nossos fins, mas também dos próprios fins. Sejam a favor ou contra a ação afirmativa, a favor ou contra preces na escola, o fato é que precisamos testar nossos ideais, nossa visão e nossos valores submetendo-os às realidades da vida diária, para que, com o tempo, sejam refinados, descartados ou substituídos por novos